

FAMÍLIAS E DESIGUALDADE DE RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO –1980/1991*

Rosa Ribeiro ()**

Tem sido grande e permanente a preocupação com a desigualdade e a pobreza, tanto no Brasil quanto no mundo. Inúmeros estudos, análises e relatórios estão sendo constantemente elaborados para avaliar suas dimensões e o ritmo de sua evolução, identificar suas raízes e definir propostas de políticas visando à redução de ambas. Embora o conhecimento sobre essas questões, que são mundiais e se apresentam com maior ou menor intensidade em diferentes países, tenha aumentado muito, tudo indica que o debate em torno desses problemas vai continuar se dando ainda por um bom tempo.

Em grande número de países, a desigualdade de renda se mantém em níveis indesejáveis ou vem crescendo, ao mesmo tempo em que as controvérsias sobre propostas de políticas para sua redução são evidentes ou que estas não estão surtindo os efeitos almejados. Assim esse tema permanece vivo na pauta de discussão de inúmeros profissionais, estejam eles em organismos internacionais, instituições governamentais, universidades ou organizações representativas de diferentes setores da sociedade civil.

No Brasil, a desigualdade, em suas diversas formas (de renda, racial, educacional, social), é tão grave que a discussão de seus diferentes aspectos tem uma importância fundamental para a definição de possíveis rumos alternativos para as políticas econômicas e sociais, na medida em que se tenha como objetivo alcançar uma situação de maior equidade. Segundo diferentes indicadores apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999 elaborado pelo PNUD, o Brasil tinha, no início dos anos 90, uma das maiores desigualdades de renda do mundo, superada apenas pela África do Sul e do Malawi. Apenas o Brasil, os dois países mencionados e a Guatemala tinham um índice de Gini maior ou igual a 0.60 (Barros et alii, 2000)¹.

Na década de 1980, quando, no Brasil, os níveis de desigualdade cresceram de forma acentuada, as metrópoles constituíram o cenário privilegiado desse aumento, em alguns casos associado também a um crescimento da proporção de pobres. Dados o tamanho e a diversidade de suas populações, como aponta Rocha (1994), os efeitos da pobreza e do aumento da desigualdade são especialmente visíveis nessas áreas. Embora a população brasileira tenha crescido na década de 1980 menos que nas anteriores e a migração rural urbana, sobretudo em direção às grandes metrópoles do Sudeste, tenha diminuído, o fato de, a partir dos anos 50, ter havido um processo de urbanização acelerado no país fez com que o contingente de mão-de-obra pouco qualificada nos grandes centros urbanos fosse muito grande no início dos anos 80. No contexto de crise econômica e recessão que marcaram esta década, a massa constituída por estes trabalhadores nas áreas metropolitanas foi a mais atingida pela redução e precarização do emprego e pela queda da renda real. Assim, no final da década, das nove regiões metropolitanas brasileiras, cinco apresentavam índices de

* Este trabalho reúne alguns resultados de minha tese de doutorado, em Sociologia, apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ - em setembro de 2005.

** Socióloga, Pesquisadora do IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais

¹ O índice de Gini é uma das medidas mais utilizadas para medir a desigualdade na distribuição de renda. Seu valor varia de 0 a 1 e quanto maior for, pior é essa distribuição.

desigualdade (Gini) tanto da renda da PEA ocupada quanto da renda familiar *per capita* superiores à média: Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Salvador e Belém².

A queda no rendimento médio real da população ocupada na RM do Rio de Janeiro, na década de 1980, foi de aproximadamente 19% e a da renda média familiar *per capita* ainda maior, chegando a quase 22%. A perda de renda não foi homogênea para todos os segmentos da sociedade, atingindo mais fortemente as camadas mais pobres da população e bem menos as mais ricas. Dessa forma, a pobreza aumentou e o nível de desigualdade se elevou.

Esta associação entre aprofundamento da desigualdade e aumento da proporção de pobres ocorreu no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, tornando mais crítica a situação socioeconômica da população nessas regiões. Nas demais áreas metropolitanas não ocorreu o mesmo fenômeno. Em 1990, 29% do total da população metropolitana no Brasil estava abaixo da linha de pobreza. Na RM do Rio de Janeiro essa proporção que era de 27,2% em 1981, passou para 32,2%, em 1990.(Rocha,1994).

Um alto grau de desigualdade de renda, como o encontrado no Brasil e na RM do Rio de Janeiro, é indesejável não só por constituir um sinal efetivo de injustiça social como também por trazer com frequência outras conseqüências negativas para a sociedade.

A primeira delas seria a de que um nível de desigualdade muito elevado pode gerar pobreza ou aumentar a já existente. Assim, reduzir a desigualdade de renda seria também uma das formas de combater a pobreza.

Por outro lado, à medida que a pobreza aumenta, um elevado índice de desigualdade também criaria dificuldades para o desenvolvimento econômico, uma vez que este apresentasse como estratégia a ampliação e o fortalecimento do mercado interno.

Além disso, estudos realizados tanto no Brasil como em outros países, indicam a existência de uma relação positiva entre um alto grau de desigualdade de renda e a elevação das taxas de criminalidade.

De fato, a população de baixa renda, nas grandes metrópoles brasileiras, está extremamente vulnerável, tendo em vista que sua renda pessoal e familiar depende quase exclusivamente de um mercado altamente competitivo para o qual tem pouca qualificação. Embora possa ter algum acesso a serviços básicos de infra-estrutura, saúde e educação, freqüentemente muito precários, haja vista a falência do estado do bem-estar social, evidenciada desde essa década, não dispõe de outros recursos para complementar sua baixa renda monetária.

Nestas condições, a associação da pobreza com a acentuada desigualdade nos grandes centros metropolitanos tem se mostrado extremamente perversa, não só pela exacerbção dos contrastes entre a vida dos ricos e a dos pobres mas também pelas restrições quanto a oportunidades de trabalho mais bem remunerado. Esta situação gera grande insatisfação e falta de perspectivas quanto à possibilidade de um futuro melhor. Vem se construindo assim, nas áreas metropolitanas, um quadro de tensão social, extremamente favorável ao aumento da criminalidade e de todo tipo de atividades ilegais cujos efeitos são extremamente nocivos para a sociedade.

É através das famílias que as pessoas reúnem, redistribuem e utilizam a renda que são capazes de gerar nos diferentes momentos de suas vidas. Assim, o orçamento doméstico apresenta-se como a medida mais adequada para avaliar a qualidade de vida dos indivíduos.

² Em 1989, o índice de Gini da renda de todos os trabalhos da população ocupada com renda, no Brasil, era de 0.63, enquanto nas cinco regiões mencionadas variava de 0.66 em Salvador a 0.64 em Fortaleza. Já para a renda familiar *per capita* os valores do Gini nestas mesmas regiões se situavam entre 0.67 para o Rio de Janeiro e 0.64 em Belém.

Esse tipo de abordagem está presente com frequência em trabalhos sobre desigualdade de renda desenvolvidos principalmente por organismos internacionais e no Brasil, sobretudo em estudos realizados por demógrafos, sociólogos e também economistas que buscam principalmente analisar as condições de vida da população ou encontrar as razões da maior pobreza de alguns de seus segmentos. Um dos trabalhos pioneiros no Brasil, em analisar as condições de vida da população da perspectiva da família foi o estudo de Pastore J., Zylberstajn, H. e Pagotto, S. (1983) que tinha como propósito avaliar o desempenho social do país na década de 1970, tendo em vista responder a perguntas fundamentais colocadas no momento em que se verificava que o acelerado crescimento econômico, naquele período, viera acompanhado de um aumento da desigualdade.

A importância da família como núcleo gerador e distribuidor de renda, medida fundamental para a análise tanto da desigualdade, quanto do bem estar da população vem sendo discutida internacionalmente desde os anos 60. Portanto esse reconhecimento não é novo. No entanto, seu papel para garantia do bem estar dos seus membros parece estar se tornando ainda maior tendo em vista que, por um lado, os regimes de proteção social vêm sendo revistos com nítida tendência de redução do papel do Estado e, por outro, as políticas sociais as tem colocado como foco central de sua atuação.

A relação entre mudanças demográficas e distribuição de renda tornou-se uma preocupação desde que começou haver interesse em analisar os efeitos do crescimento econômico sobre o bem estar da população. Como chamam atenção Figueiredo, Silva: (1990, p. 87) na perspectiva do bem-estar das famílias,

...as mudanças na estrutura populacional afetam não só a distribuição dos rendimentos individuais – e, portanto, dos elementos constitutivos da família – como também afetam / refletem a composição interna da família.

A relação entre a estrutura demográfica e o nível de renda das famílias, por sua vez, é intermediada por uma outra que se estabelece entre a família e o mercado de trabalho. A dinâmica dessa complexa relação entre as famílias, sobre as quais se refletem as mudanças demográficas, socioeconômicas e culturais, e o mercado de trabalho, sobre o qual incidem as transformações econômicas, e suas conseqüências sobre o nível de renda familiar e a desigualdade entre elas, é justamente o nosso objeto de atenção neste trabalho.

Nesse contexto, entendemos que seria interessante identificar as diferenças que estão por trás dos níveis de renda familiar e da desigualdade existente entre eles. Não só diferenças quanto a perfis sociodemográficos de famílias - *dimensão sóciodemográfica*- mas também diferenças quanto à forma e às condições de participação de seus membros no mercado de trabalho- *dimensão econômica*. Assim, talvez possamos chegar mais perto da identificação de quem são os pobres e de quem são os ricos, o que pode nos dar informações não só quantitativas mas também qualitativas, para entender a posição diferenciada das pessoas e famílias na estrutura de renda e com isso conhecer melhor as razões da desigualdade ou, pelo menos, levantar novas possibilidades de investigação sobre o tema.

Considerando que, ao longo da década de 1980, transformações demográficas e mudanças no mercado de trabalho ocorreram, afetando tanto a organização das famílias quanto a inserção de seus membros no mercado de trabalho, um primeiro objetivo se coloca: saber em que sentido as mudanças nestes dois planos contribuíram para a evolução da desigualdade nos níveis de renda entre famílias.

Para obter os recursos necessários à sua manutenção e reprodução, as famílias disponibilizam seus membros para o mercado de trabalho de forma diferenciada tanto em relação à quantidade e qualidade da mão-de-obra ofertada quanto à possível intensidade de sua utilização. Nesse processo, entram em jogo tanto fatores ligados à família – sua estrutura,

necessidades e dinâmica interna – quanto ao mercado de trabalho, no que diz respeito a sua estrutura e funcionamento.

Partindo inicialmente da família, pode-se dizer que as diferenças quanto à participação de seus membros no mercado de trabalho dependem basicamente de sua composição, da fase do ciclo de vida que a mesma atravessa e de alguns atributos pessoais de seus membros, como sexo, idade, cor e nível de instrução. Associada aos fatores demográficos que definem os membros das famílias por sexo, idade e posição no grupo familiar existe, ainda, uma dimensão simbólica, definida no plano cultural, a partir da qual são atribuídos papéis diferenciados a estas mesmas pessoas. Estes papéis mudam não só ao longo da existência da família mas também em função do tipo de estrutura que ela assume. Além disso, é importante não esquecer que estão associados à posição que as famílias ocupam na estrutura socioeconômica, níveis de qualificação de seus membros e condições de vida diferenciados que dão lugar a representações, práticas e projetos de vida próprios possíveis a cada situação. Assim, é a partir da conjugação daqueles atributos, papéis e representações que se definem, nos diversos momentos do ciclo de vida, quantas e quem são as pessoas disponíveis para se engajar em atividades produtivas e qual a melhor maneira de fazê-lo.

A absorção da mão-de-obra familiar está sujeita, no entanto, às condições do mercado de trabalho, as quais dependem não só da sua estrutura como de fatores conjunturais que determinam seu funcionamento. Assim, em determinados momentos as possibilidades de emprego podem ser maiores para mulheres; em outros, o subemprego atingirá mais os jovens; ou ainda, o desemprego pode alcançar com maior intensidade os homens chefes de família. Todas essas oscilações, relativas a quantidade e qualidade do emprego, irão afetar o nível de renda de cada um dos componentes da família que trabalhem e, conseqüentemente, o montante da renda reunida por ela, fazendo com que, em momentos de crise econômica, a estabilidade de sua situação financeira possa ser rompida. A maior ou menor vulnerabilidade de alguns tipos de família em relação a outros, naqueles momentos, pode em tais ocasiões, inclusive, contribuir para um aumento da pobreza e da desigualdade.

Os movimentos de expansão e fechamento do mercado de trabalho agem também no sentido de mobilizar mais, ou não, aqueles membros da família que têm condições de trabalhar, e não o fazem, para procurar trabalho, bem como incentivar os que já estão ocupados a encontrar oportunidades de trabalho mais compensadoras.

Um outro aspecto a se considerar é o fato de que os mesmos fatores demográficos, associados aos elementos simbólicos que os acompanham e que atuam na disponibilização da mão-de-obra por parte da família, também têm seus reflexos nas condições em que o mercado incorpora as pessoas. Assim, de acordo com sua idade, sexo e posição que ocupam no grupo familiar, seus diferentes membros têm possibilidades diferenciadas de participar do mercado de trabalho, tanto no que diz respeito a acesso ao emprego como ao nível de remuneração.

Finalmente, resta mencionar ainda outros atributos que são fundamentais quando se trata de analisar a capacidade das famílias de colocar seus membros no mercado de trabalho e gerar maior ou menor quantidade de renda. Um deles, a cor, originalmente uma característica demográfica, assume com freqüência, uma forte conotação de *status* social com todas as implicações que isso possa ter na determinação de oportunidades, sejam educacionais ou no mercado de trabalho. Os outros são os níveis de instrução e de qualificação profissional que, se em parte podem ser resultado de esforço e aptidão pessoal, dependem em muito das condições socioeconômicas das famílias.

Assim, a observação da relação entre todos esses processos nos faz concluir que a posição das famílias na estrutura de renda e as condições diferenciadas de vida a elas associadas são definidas a partir dessa dupla articulação entre grupo familiar e mercado de trabalho em um determinado momento do desenvolvimento econômico.

Portanto, se quisermos analisar a desigualdade da renda familiar, seja para conhecer melhor seus condicionantes, e dessa forma entender com mais clareza sua evolução ao longo do tempo, é fundamental aprofundar um pouco mais aquelas relações. Na tentativa de contribuir para realização dessa tarefa, escolhemos para campo desse estudo as famílias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1980.

O trabalho está organizado em três partes. Começamos examinando os antecedentes da decadência econômica do Rio de Janeiro e os efeitos da crise econômica e da recessão, que marcaram a década de 1980, sobre o mercado de trabalho e o emprego na RM do Rio de Janeiro, mostrando as principais transformações pelas quais estes passaram e que conseqüências tiveram sobre a ocupação e os rendimentos da população ocupada.

Em seguida, veremos como se organizavam as famílias, como ocorria a participação de seus membros no mercado de trabalho e na formação da renda familiar e por que transformações passaram ao longo da década. Uma vez feito isto, passamos a ver como evoluiu a desigualdade de renda entre elas, durante a década de 1980, identificando também o perfil das famílias em cada estrato de renda e as mudanças em seu desenho ao longo daquele período.

Finalmente, iremos avaliar a importância das principais variáveis relacionadas às dimensões sociodemográfica e econômica das famílias para a variação de sua renda per capita e verificar qual o seu papel no aumento da desigualdade, observado na década de 1980.

A crise econômica da década de 1980 e seu impacto sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Os anos 80 no Brasil foram profundamente marcados pela crise econômica e pela recessão, que, com exceção de certos períodos se estenderam por toda a década. Nesse contexto, o Rio de Janeiro foi o estado mais afetado, pois já vinha sofrendo um processo de decadência econômica. Esta teve início ainda na primeira metade do século XX, inicialmente com a queda progressiva de sua importância como centro industrial, seguida pela perda de sua centralidade política, conseqüência da transferência da capital para Brasília e pelo enfraquecimento do seu setor financeiro. Assim, o estado que já vivia uma situação econômica precária foi fortemente atingido pela crise nacional.

A estagnação econômica e a instabilidade que caracterizaram a década de 1980, fizeram com que o emprego se ajustasse a essa situação. Esse ajuste, como mostrou Cacciamali (1992) se deu principalmente pela redução dos salários. Ao mesmo tempo houve uma relativa desaceleração das taxas de ocupação, redução do emprego formal (trabalho com carteira assinada) e deterioração da qualidade das ocupações, fossem elas novas ou já existentes.

Na RM do Rio de Janeiro, embora a taxa de ocupação se mantivesse em patamar igual ao do início dos anos 80 (47%) – o que só ocorreu devido à intensificação da entrada de mulheres no mercado de trabalho – houve mudanças significativas na composição da mão-de-obra ocupada. Estas se deram por diferentes razões, entre as quais a mais fundamental foi a reestruturação setorial da produção, que apresentou alterações importantes naquele período. O setor industrial, que já vinha se enfraquecendo ao longo das décadas anteriores, apresentou uma queda de seu produto real entre 1980 e 1990 (- 7,4 %) , acompanhada de redução do pessoal ocupado (-20,4%). Ao mesmo tempo, viu-se um amplo crescimento do setor terciário, que, nessa década, foi, no país como um todo, o responsável pela manutenção das taxas de ocupação. Assim, na RM do Rio de Janeiro, três ramos de atividade – Prestação de Serviços, Comércio de Mercadorias e Atividades Sociais (educação e saúde) –, agregavam pouco mais

da metade da mão-de-obra ocupada, em 1991, e seu crescimento representou, na década, 97% do aumento total da mesma. No entanto, esse crescimento mostrou algumas especificidades ligadas não só às características da economia do estado, muito dependente da renda interna, como à perda da centralidade política do Rio na década anterior. Tendo em vista a perda de dinamismo da economia do Rio de Janeiro, tais especificidades favoreceram especialmente a perda de qualidade da ocupação. A terciarização da economia não foi acompanhada de um avanço significativo da divisão de trabalho, nem em nível metropolitano nem regional, uma vez que estava associada a um intenso processo de informalização do trabalho.

As mudanças na estrutura produtiva se refletiram na evolução do perfil sócio-ocupacional da população³ ocupada através do qual pode-se constatar o peso significativo do crescimento de categorias sócio-ocupacionais pouco qualificadas e mal remuneradas. Uma elevada parcela do aumento do número de pessoas ocupadas nesta RM ocorreu nas ocupações manuais do comércio e dos serviços (33%) e nas ocupações de sobrevivência (12,8%) especialmente de ambulantes, justamente as que tinham os rendimentos médios mais baixos entre todos os grupos sócio-ocupacionais em 1991.

Além da proliferação de ocupações de baixa qualificação e remuneração, o mercado de trabalho na RM do Rio de Janeiro sofreu, nessa década, como outras regiões metropolitanas, porém com intensidade ainda maior devido à situação econômica específica do estado, outros sintomas da precarização do trabalho. Assistiu-se, nesse período, à redução na proporção do pessoal ocupado na condição de assalariado, (-6,7%) que ocorreu em função da redução do trabalho com carteira assinada, (-8,9%) paralelamente a um aumento do trabalho assalariado não registrado (6,6%) e do trabalho na condição de autônomo/conta própria (43,1%). Tanto uns quanto outros, deve-se dizer, tinham na RM do Rio de Janeiro rendimentos médios inferiores àqueles recebidos pelos empregados com carteira. Um outro indicador da deterioração das condições de trabalho nessa região foi o aumento (24,3%) da proporção de profissionais trabalhando menos de 40 horas por semana fato que, por si só, não seria significativo se não estivesse associado a um baixo nível de rendimentos.

Todo esse processo de precarização do trabalho ocorreu ao mesmo tempo em que o nível de escolaridade da população ocupada apresentou uma sensível melhora. No início dos anos 90, mais da metade desta (54,5%) tinha oito anos ou mais de estudo, situação inversa à encontrada no início da década de 1980.

A crise dos anos 80 e suas conseqüências sobre o mercado de trabalho da RM do Rio de Janeiro tiveram não só um forte impacto negativo sobre os rendimentos do trabalho como também na desigualdade de sua distribuição. O valor real do rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas teve uma redução bastante significativa, quase 19%. Essa redução, no entanto, foi nitidamente diferenciada pelo sexo, idade e categoria sócio-ocupacional das pessoas ocupadas.

O fato de o crescimento da mão-de-obra feminina ocupada ter sido mais elevado que o da masculina e, além disso, mais concentrado no conjunto das ocupações de nível médio e

³ Para definir esse perfil, utilizamos nesse trabalho a primeira versão da classificação em categorias sócio-ocupacionais das ocupações levantadas pelo IBGE em suas pesquisas. Esta classificação foi elaborada pela equipe do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ – no contexto do projeto “Metrópole, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”, no qual estavam envolvidos, além do IPPUR, o IUPERJ, a FCS/PUC/SP, a FAU/USP e o CEURB/UFMG, com financiamento do MCT-PRONEX. Ver Anexo 1. Posteriormente esta versão sofreu alguns ajustes que não foram considerados pelo fato de não alterarem significativamente a distribuição da população ocupada segundo as categorias sócio-ocupacionais. Os ajustes realizados se deram basicamente na composição interna de cada um dos grupos de ocupação e, portanto, não tiveram um impacto significativo em nossa análise. A metodologia da construção dessa classificação está em Queiroz Ribeiro, L.C. e Lago, Luciana (2000).

superior, 58,7% (ocupações não-manuais de nível médio, pequena burguesia, profissionais de nível superior e elite dirigente), pode ter contribuído para que seu rendimento tenha, em média, apresentado menor perda. O inverso ocorreu com a mão-de-obra masculina, cujo crescimento foi maior (58,6%) na base da pirâmide sócio-ocupacional, sobretudo, no conjunto das ocupações manuais do comércio e dos serviços e da sobrevivência. Por outro lado, como os rendimentos das mulheres eram em média muito menores que os dos homens, é freqüente o argumento de que estariam mais próximos a um patamar mínimo e que por isso seriam menos passíveis de redução.

A queda no valor real dos rendimentos também não ocorreu igualmente para pessoas ocupadas em diferentes grupos de idade. Para os homens foi maior nas faixas de idade compreendidas entre 15 e 44 anos, (-25%) envolvendo, portanto, grande parte dos chefes de família. Já entre as mulheres foi mais acentuada para as jovens na faixa de 15 a 24 anos, (-15%), porém sempre menor do que a dos homens.

Pessoas posicionadas em diferentes categorias sócio-ocupacionais também não foram atingidas na mesma intensidade pela queda geral da renda (Tabela 1). Com exceção da elite dirigente, todas as outras categorias sócio-ocupacionais sofreram uma redução no valor real de seus rendimentos médios, embora essa perda não tenha sido igual para todas, o que gerou, em consequência, mudanças nas distâncias relativas entre elas. A principal alteração, nesse sentido, foi, o aumento da distância entre a categoria elite dirigente e as outras. Ao mesmo tempo, a redução da diferença entre os rendimentos médios do trabalho de todas as demais categorias, aproximou-as umas das outras, bem como da categoria com pior remuneração, os trabalhadores da sobrevivência, um sinal nítido de maior segmentação social.

O reflexo das variações na queda de renda das diferentes categorias sócio-ocupacionais se fez sentir claramente na distribuição da renda das pessoas ocupadas (Tabela 2). A forte queda do valor real dos rendimentos do trabalho foi assim bastante diferenciada entre os estratos de sua distribuição, resultando em um aumento da desigualdade, uma vez que foi maior para as pessoas ocupadas que faziam parte dos décimos inferiores da distribuição e menor para aquelas dos décimos superiores. O índice de Gini relativo aos rendimentos do pessoal ocupado na RM do Rio de Janeiro passou de 0.55, em 1980, para 0.59, em 1991. Em consequência, no início da década de 1990, a proporção da renda total gerada através do trabalho e apropriada pelas pessoas ocupadas que faziam parte do décimo mais rico, 10+, era de 47,5%, enquanto aquelas do décimo mais pobre, 10-, detinham apenas 1,3%, ou seja, o rendimento médio do estrato mais rico era trinta e seis vezes maior do que o do mais pobre.

Famílias, Trabalho e Formação da Renda Familiar

Além de mudanças na economia, a sociedade brasileira viveu, na década de 1980, o aprofundamento de alguns processos demográficos importantes – queda da fecundidade, aumento da esperança de vida, intensificação da urbanização – que, ao alterarem sua estrutura etária e sua distribuição espacial, tiveram repercussões importantes na forma como se organizavam os arranjos familiares.

Ao longo da década, as famílias na RM do Rio de Janeiro se tornaram ainda menores- 80% tinham até 4 membros - com uma composição etária que evoluiu no sentido da menor presença de crianças e adolescentes, maior proporção de adultos e uma idade média dos chefes mais elevada, fatores que poderiam contribuir para que a renda *per capita* da família tendesse a aumentar, na medida em que seus membros adultos trabalhassem ou tivessem renda.

Houve também uma intensificação do processo de diversificação dos arranjos familiares que se desviaram ainda mais do modelo tradicional de casal com ou sem filho.

Aumentaram, principalmente, as unidades chefiadas por mulheres sem cônjuge e com filhos, (+20,5%) que, ao final da década, passaram a constituir o segundo tipo de arranjo familiar mais importante, (16,1%) depois dos casais com filho (53,1%). Tiveram também um crescimento expressivo (+7,3%) as unidades domésticas unipessoais, especialmente nas faixas de idade mais velhas, isto é, acima de 54 anos.

A distribuição das famílias por cor também se alterou, durante a década, observando-se um aumento relativo (18%) daquelas com chefe negro (pretos e pardos) e redução (11,3%) das que tinham chefes brancos.

O nível médio de escolaridade dos responsáveis pelas famílias - 5,9 anos de estudo completo em 1980 - aumentou pouco, um ano em média, não sendo o suficiente para fazer com que a maioria deles alcançasse o ensino fundamental completo. As diferenças de escolaridade dos chefes por cor se mantiveram, tendo os chefes de família negros permanecido com aproximadamente dois terços da escolaridade dos chefes brancos, ou seja, menos 2,5 anos de estudo completos.

No que se refere à *dimensão econômica* da família, verificamos que o padrão de ocupação de seus membros não apresentou mudanças significativas durante a década, a não ser a intensificação da entrada de mulheres no mercado de trabalho. No início dos anos 90, apesar do aumento da taxa de ocupação feminina (+10,8%), a situação mais frequente entre as famílias residentes na RM do Rio de Janeiro continuava sendo ter apenas uma pessoa trabalhando, o que ocorria em aproximadamente metade delas. (49,1%) Cresceu, por outro lado, de 13,4% para 16,4%, o percentual de famílias sem nenhuma pessoa ocupada, o que se deve principalmente ao aumento (+29%) de chefes de família aposentados/pensionistas.

Apesar de termos constatado, em decorrência das mudanças observadas no mercado de trabalho, uma redução relativa das taxas de ocupação de pessoas em todas as posições na família, exceto cônjuges e chefes mulheres, a composição da força de trabalho familiar não mudou muito durante a década. Tanto no início dos anos 80, quanto onze anos depois, a população ocupada era quase toda (90% e 94% respectivamente) composta de pessoas nas posições de chefe de família, cônjuges ou filhos adultos, tendência que foi apenas reforçada nesse período. Os chefes, na maioria dos casos, os principais provedores do grupo doméstico, representavam pouco mais da metade dela, (55%). Em sua maioria absoluta eram homens; as mulheres constituíam menos de um quinto de seu total. Depois deles, apareciam filhos de 18 anos e mais, representando pouco mais de 20% da população ocupada, e finalmente os cônjuges femininos que, embora tenham aumentado sua participação, de 13% para 17%, não alcançavam o mesmo patamar dos filhos. Os demais membros da família, que já tinham uma pequena representação na formação da força de trabalho familiar, no início da década, tornaram-se ainda menos expressivos.

O fato de a participação das esposas e das chefes mulheres no mercado de trabalho ter crescido nesse período não só garantiu a manutenção da taxa de ocupação média dos membros das famílias no mesmo patamar (46%), como fez com que a proporção de famílias que contavam com o trabalho feminino passasse de pouco mais de um quarto para pouco mais de um terço. No entanto, mesmo com essa expressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, o número médio de pessoas ocupadas por família quase não se alterou, dada a redução da participação de todos os demais membros.

As taxas de ocupação dos diferentes membros da família apresentavam variações significativas segundo os tipos de arranjo familiar e a fase do seu ciclo de vida, revelando diferentes possibilidades de composição da sua força de trabalho. Tais diferenças, associadas ao tamanho da família, em especial ao número de crianças e adolescentes, tinham efeitos significativos sobre seu orçamento e, portanto, sobre o lugar por ela ocupado na estrutura de renda.

A participação dos chefes de família no mercado de trabalho variava pouco entre famílias de diferentes estratos de renda *per capita*. O que de fato fazia diferença era o trabalho do cônjuge feminino e dos filhos adultos. As esposas que, nas famílias mais pobres, décimo, 10-, participavam em escala muito pequena do mercado de trabalho, aumentavam essa participação à medida que a renda familiar se tornava mais elevada, chegando sua taxa de ocupação a ser, em 1980, de 43%, e em 1991, de 51%, nas famílias do décimo mais rico, 10+.

Os filhos adultos – 18 anos e mais – que residiam com suas famílias de origem e que constituíam o segundo elemento mais importante no conjunto da força de trabalho familiar, também tinham, tanto em 1980 quanto em 1991, taxas de ocupação mais baixas, cerca de 33%, nas famílias do estrato de renda mais pobre, décimo 10-. Estas também cresciam progressivamente até atingir seus níveis mais altos, acima de 70%, nos estratos de renda intermediários, 50- a 30+. Nos dois estratos mais ricos as taxas de ocupação dos filhos adultos diminuía um pouco, mas ainda se mantinha em um patamar elevado, mais de 60%.

As variações, acima apontadas, levaram a que tanto no início da década de 1980 quanto na de 90, se encontrasse nas famílias de renda mais elevada uma participação no mercado de trabalho bem mais intensa do que nas de menor renda que, associada à menor presença de crianças e adolescentes, lhes dava uma condição bem mais favorável na divisão da renda obtida, possibilitando assim sua melhor posição na estrutura de renda.

Essas diferenças entre elas, foram reduzidas ao longo da década, uma vez que tanto o crescimento da taxa de ocupação total da família aumentou, quanto o número de filhos e de dependentes diminuiu mais entre aquelas mais pobres. Isso, no entanto, não resultou em benefícios evidentes para o nível de renda dessas famílias, ao contrário, sua renda média *per capita* diminuiu mais do que as das famílias dos outros estratos.

A maneira como se formava a renda familiar total refletia de perto a composição da sua força de trabalho. Tanto no início dos anos 80 quanto no dos 90, quase toda ela, cerca de 96%, era composta pela soma das rendas de chefes, cônjuges e filhos adultos. A contribuição de parentes e agregados era muito pequena e a dos filhos menores de 18 anos praticamente inexistente.

Os chefes respondiam pela maior parte da renda, em média aproximadamente três quartos em 1991, um pouco menos do que no início da década, sendo, portanto, os principais provedores da família. Eram seguidos de longe pelos cônjuges femininos, cuja contribuição média era de aproximadamente 13%, e pelos filhos adultos, cujos rendimentos representavam, em média, cerca de um décimo da renda total. Parentes e agregados tinham uma participação muito pequena, não mais que 5%.

A intensidade da participação dos diferentes membros na renda familiar mudou pouco ao longo da década de 1980, refletindo seja oscilações nas taxas de ocupação dos membros das famílias, seja variações nas suas respectivas rendas médias. O fato mais relevante nesse aspecto foi que os cônjuges femininos foram os únicos que passaram a ter uma participação maior, (9,4%, em 1980, e 13,2 %, em 1991) enquanto todos os demais membros da família tiveram sua contribuição reduzida.

No entanto, o que, sem dúvida, mais chama a atenção quando observamos a evolução da renda familiar, na RM do Rio de Janeiro, é a intensidade perda de seu valor real durante a década. Essa perda, que teve suas raízes, como vimos, na forte queda dos rendimentos do trabalho do conjunto da população ocupada, foi, porém, um pouco mais elevada do que ela (21,9%). Parte da queda da renda pode ser creditada à desvalorização do valor real do salário mínimo que não se refletiu nos rendimentos em geral. Além disso, mudanças na estrutura setorial do emprego, decorrentes da retração da indústria e da expansão do processo de terciarização da economia, associadas à precarização do trabalho, também teriam contribuído para isso. É possível também, que o aumento da proporção de chefes

aposentados/pensionistas, tenha tido uma participação nessa queda, uma vez que sua renda média era bem menor do que a dos chefes ocupados.

Houve redução de renda para todos os componentes das famílias, porém com maior intensidade entre os filhos adultos e os chefes de família, justamente aqueles que, no início da década, tinham maior peso na formação do orçamento familiar. O resultado de todas essas perdas foi o empobrecimento das famílias na RM do Rio de Janeiro, cuja renda média *per capita* passou de 2,4 salários mínimos, em 1980, para 1,9, em 1991. Essa perda só não foi mais acentuada graças, por um lado, à intensificação da participação das mulheres, sobretudo cônjuges, no mercado de trabalho, garantindo a manutenção da taxa média de ocupação da família no mesmo patamar, apesar da saída de filhos adultos e, em menor escala, de chefes. Reforça a contribuição positiva dos cônjuges femininos, no sentido de uma queda menos acentuada da renda *per capita* das famílias, o fato de seus rendimentos médios terem se mantido relativamente estáveis. Por outro lado, a redução no tamanho das famílias e no número de seus dependentes também teria contribuído para essa menor queda e também para que a renda média familiar *per capita* diminuísse menos que a renda total da família.

Da mesma forma que, em relação à população ocupada, a queda na renda familiar *per capita* não foi igual para as famílias de todos os níveis de rendimento (Tabela 3). No período considerado nesse estudo, as mais pobres, décimo inferior da distribuição de renda, (10-), foram as que mais perderam. À medida que aumentava o nível de rendimento médio familiar *per capita*, as perdas tendiam a se tornar menores, chegando a um mínimo no percentil mais rico, 1+. Isso resultou em que a perda média dos mais pobres fosse pouco mais de cinco vezes superior à dos mais ricos. Assim, o índice de Gini da distribuição de renda familiar *per capita*, já alto em 1980, 0.59, passou para 0.61, em 1991.

Reproduzindo o que ocorria em relação à distribuição de renda das pessoas ocupadas, a diferença de rendimentos *per capita* entre os diversos estratos era relativamente homogênea até o penúltimo décimo, 20+, e triplicava ao passar deste para o último, 10+ , indicando que a grande concentração ocorria ali. Mais ainda, ao observarmos os níveis de renda no interior desse último estrato, constatamos que a grande distância estava no rendimento médio do percentil mais rico, 1+.

A variação diferenciada no rendimento médio *per capita* das famílias fez com que a proporção da renda apropriada pelo estrato mais rico, 10+, aumentasse. Esse aumento foi ainda maior no percentil mais rico, 1+. Ao lado disso, as famílias da metade mais pobre da população passaram a se apropriar de uma parcela mais reduzida da renda. Assim, em 1991, o grupo de famílias no topo da distribuição, 1% mais rico, detinha mais renda do que o conjunto das 50% mais pobres.

Tanto no início da década de 1980 quanto na de 1990 a renda *per capita* das famílias estava mais concentrada do que a renda da população ocupada, embora, no decorrer desse período, a concentração da renda dessa última tenha aumentado mais do que a das famílias. Esse não é um fato que tenha ocorrido apenas na RM do Rio de Janeiro. Como mostram dados da PNAD para 1992, em todas as regiões metropolitanas brasileiras foi observada essa mesma tendência. Apenas em Porto Alegre a concentração da renda da população ocupada era equivalente à das famílias. Ao longo da década de 1990, essa diferença na concentração de renda dos dois grupos se acentuou ainda mais.

A razão da maior concentração da renda familiar *per capita*, se comparada à renda da população ocupada, a nosso ver estaria não só no maior número de pessoas ocupadas, como no de pessoas com renda elevada nas famílias dos estratos mais altos, que, associada à menor presença de dependentes, tem como consequência uma relação muito mais favorável entre o total de pessoas sem renda e o total de pessoas com renda.

Em síntese, a composição diferenciada das famílias, sobretudo no que diz respeito ao tamanho e mais especificamente ao número de dependentes, bem como a intensidade

associada a qualidade da participação de seus membros no mercado de trabalho, poderiam estar reforçando a distância já observada em relação à sua renda total, que representava essencialmente a renda das pessoas ocupadas, fazendo com que a distância entre a renda familiar *per capita* do décimo mais rico, 10+, e mais pobre, 10-, fosse ainda maior.

Os determinantes demográficos e sócioeconômicos da desigualdade de renda entre famílias na RM do Rio de Janeiro na década de 1980

Uma vez analisadas as relações entre as principais variáveis, cuja relevância para o estudo do bem estar das famílias e da desigualdade de renda foi apontada pela literatura, restava saber que parcela da variação daquela renda era explicada por cada uma delas e até que ponto teriam tido um impacto no aumento da desigualdade observado na década.

Para esse exercício, selecionamos as variáveis mais importantes, seja para a definição da *dimensão sóciodemográfica* da família: i) idade do chefe; ii) sexo do chefe; iii) cor do chefe; iv) número de pessoas de 0 a 14 anos; v) anos de estudo do chefe, seja para sua *dimensão econômica*: i) chefe ocupado; ii) categoria sócioocupacional do chefe; iii) outros membros adultos da família ocupado. Esta última variável foi, em alguns grupos de família, desdobrada em duas : i) cônjuge ocupado e ii) filhos de 18 anos e mais, parentes e agregados ocupados.

Inicialmente, através da aplicação de um modelo de regressão linear simples, em que trabalhamos com cada variável isoladamente, verificamos que no início da década de 1980 aquela que mais explicava as diferenças de renda familiar *per capita* era a categoria sócio-ocupacional do chefe da família. Tomada independentemente das demais, a posição dos chefes na estrutura produtiva respondia por 37,8% dessa variação. Isso indica que, na RM do Rio de Janeiro, não só a desigualdade de renda entre famílias refletia claramente a desigualdade na distribuição de rendimentos dos chefes ocupados, mas principalmente que esta era devida em grande parte à sua posição na estrutura sócio-ocupacional.

Ao longo da década de 1980, a única categoria sócio-ocupacional que teve seus rendimentos aumentados foi a elite dirigente, por conta do desempenho tanto dos profissionais liberais quanto dos dirigentes do setor privado e dos grandes empresários. Estes grupos, seja por sua alta qualificação, seja por sua posição socioeconômica, fazem parte de um mercado de trabalho restrito, onde é maior a possibilidade não só de determinar os próprios rendimentos como de protegê-los de uma possível desvalorização. Além disso, são parte ou têm vínculos estreitos com os grupos que decidem sobre as políticas econômicas, tendo assim seus interesses financeiros preservados⁴. Este seria um dos motivos pelos quais estes grupos sócio-ocupacionais não foram tão afetados quanto os demais, seja pelo processo inflacionário seja por políticas de contenção salarial. Os dados anteriormente apresentados confirmam também a hipótese de que as mudanças na economia causam impactos diferenciados sobre pessoas posicionadas em diferentes setores de atividade e posições no mercado de trabalho. Tais mudanças afetariam de forma distinta tanto seu nível de emprego quanto de rendimentos, reforçando os efeitos das posições de classe ou das categorias sócio-ocupacionais sobre a renda.

Depois da categoria sócio-ocupacional do chefe, seu nível de instrução, avaliado pelo número de anos de estudo concluídos, aparecia como a segunda variável mais importante. Em 1980, explicava 35,5% da variação da renda familiar *per capita*.

A terceira variável, referida agora à dimensão composição demográfica da família, era a presença de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, que explicava 20,4% da variação de sua renda *per capita*.

⁴ Vale lembrar que o único grupo da elite dirigente que não teve aumento em seu rendimento médio foi o dos dirigentes do setor público, que está submetido à política salarial definida pelo governo.

Em quarto lugar aparecia uma outra variável relacionada ao chefe de família, isto é, sua cor, que explicava 10,7% da variação da renda familiar *per capita*.

A quinta variável em importância estava relacionada a um aspecto da composição econômica da família, ou seja, o trabalho do cônjuge feminino. O fato de estar ocupada, explicava, em 1980, na RM do Rio de Janeiro, uma variação ainda pequena da renda familiar *per capita*, apenas 5,5%.

As demais variáveis, a saber, a idade do chefe, o trabalho de filhos adultos, parentes e agregados, o fato de o chefe trabalhar ou não e a chefia feminina, tomados isoladamente, explicavam uma parcela insignificante da variação da renda familiar *per capita*.

Considerando que, na realidade, a influência dessas variáveis sobre a renda ocorre simultaneamente, em um segundo momento da análise, avaliamos seu impacto, através da aplicação de um modelo de regressão linear múltipla. Verificamos, então, que para o conjunto de famílias, em 1980, elas explicavam pouco mais da metade, 56%, da variação da renda familiar *per capita* (Quadro 1).

Em todos os grupos de famílias analisados (conjunto de todas as famílias; famílias com exclusão das unidades domésticas unipessoais; famílias constituídas por casal e famílias com chefes ocupados), as variáveis mais relevantes para explicação da variação da renda familiar *per capita*, na RM do Rio de Janeiro na década de 1980, eram a instrução e a idade do chefe, ambas com efeito positivo sobre a renda, e a presença de crianças e adolescentes na faixa de 0 a 14 anos, cujo impacto era negativo. Essas três variáveis explicavam, dependendo do grupo de famílias, entre 52% e 57% da variação da renda *per capita* em 1980 e, um pouco menos, de 46% a 50%, em 1991.

A comparação dos resultados da regressão múltipla para 1980 e 1991 revelou alguns aspectos bastante interessantes quanto à importância das variáveis exploradas neste trabalho para a variação da renda familiar *per capita*.

Inicialmente, constatamos que, onze anos depois, a proporção da variância da renda explicada pelas variáveis incluídas no modelo foi menor para todos os grupos de família estudados. A mudança desses valores significou uma perda de 10% a 13% do poder de predição do conjunto de variáveis relacionadas às dimensões sociodemográfica e econômica da família sobre a variação de sua renda *per capita* e uma tendência de influência crescente de outros fatores não identificados. Ainda assim, os valores da variância da renda ainda eram muito altos em 1991.

Ao mesmo tempo, foram encontrados valores altos para a constante da regressão, o que indica mudanças na renda que independem das variáveis de família incluídas no modelo.

A avaliação conjunta das mudanças na composição demográfica e socioeconômica das famílias e de seu impacto sobre a renda familiar *per capita* mostrou que a forte queda que esta sofreu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre 1980 e 1991, não é explicada por fatores relacionados àquelas dimensões (Quadro 2). Nesses onze anos, a única variável cuja média aumentou e que tinha um peso significativo na diferença das médias das variáveis preditivas, seja para o conjunto de famílias, 81,4%, seja naquelas com chefes ocupados, 84,7%, foi a de anos de estudo do chefe. No entanto, em ambos os casos, o aumento da escolaridade do chefe não foi acompanhado de um crescimento significativo de seu impacto sobre a renda familiar *per capita*. Este foi de apenas 2% no conjunto das famílias – e de 3% nas famílias cujos chefes estavam ocupados.

Podemos então dizer que, na RM do Rio de Janeiro no período de 1980-91, embora as variáveis relativas à composição demográfica e socioeconômica das famílias explicassem mais da metade da variação de sua renda *per capita*, não davam conta das razões da queda dessa renda, que, como vimos, atingiu todos os grupos de famílias, com exceção daquelas cujos chefes faziam parte da elite dirigente. A queda acentuada e diferenciada da renda *per*

capita entre unidades familiares teve como resultado um empobrecimento da grande maioria delas e um aumento da desigualdade.

Em todos os grupos de famílias definidos a partir das variáveis selecionadas para avaliar o impacto de sua dimensão demográfica e econômica sobre a renda *per capita*, os coeficientes de variação da renda aumentaram, o que indica que o aumento da desigualdade de renda *per capita* entre elas se deu independentemente dessas variáveis.

Toda a análise feita ao longo desse trabalho nos leva assim à conclusão de que no contexto de crise econômica, recessão e repetidos surtos inflacionários as transformações demográficas e econômicas das famílias tiveram, na RM do Rio de Janeiro na década de 1980, talvez apenas o papel de diminuir um pouco o impacto das condições econômicas adversas. Foi justamente naquelas mais pobres e que mais perderam renda que se observaram as maiores reduções na proporção de crianças e adolescentes, portanto, de dependentes, e ao mesmo tempo os maiores aumentos no nível de escolaridade do chefe e nas taxas médias de ocupação da família, fatores que, como vimos ao longo desse trabalho, contribuem para aumentar sua renda *per capita*. Embora tenham sido essas famílias as que tiveram maior queda em sua renda *per capita* é provável que sua situação fosse ainda pior caso não tivessem passado por essas mudanças.

Se a desigualdade na renda familiar *per capita* aumentou, na RM do Rio de Janeiro no período 1980-91, e esse aumento não se devia aos fatores relacionados à dimensão demográfica e socioeconômica das famílias, permanece em aberto a questão de quais seriam suas razões.

Vimos o que ocorreu no Rio de Janeiro, em um momento de aprofundamento da crise econômica do estado, em que os efeitos da estagnação e da inflação, por um lado, e de mudanças na estrutura produtiva, por outro, se fizeram sentir em um contexto de emprego já adverso e de distribuição desigual da renda. Enquanto quase todos os grupos ocupacionais da elite dirigente conseguiram, além de ter um pequeno aumento em seus rendimentos do trabalho, obter também um ganho expressivo em sua renda familiar *per capita*, todos os outros tiveram uma queda acentuada tanto de um quanto da outra (Gráfico1). Essas constatações nos levam a indagar que fatores levariam a isso. Além da capacidade de protegerem sua renda dos efeitos corrosivos da inflação, como já foi demonstrado por Neri (1995), seriam os grupos da elite dirigente menos atingidos, em uma situação de crise econômica, que as demais camadas da população, por sua capacidade de influir na política econômica de modo a não terem sua posição na estrutura de renda muito afetada? De que formas, por sua posição econômica privilegiada na sociedade, estes grupos utilizariam também o seu capital social e cultural no sentido de favorecer suas famílias, de modo que seus membros pudessem, mesmo em um contexto econômico desfavorável ter sua renda aumentada, enquanto todas as outras sofriam perdas? Estas são perguntas que ficam para serem respondidas através de novas investigações.

Concluindo, por mais que fatores relacionados à composição demográfica e socioeconômica das famílias nos dêem informações relevantes para predizer uma grande parcela da variação de renda entre elas e, por isso mesmo, sejam importantes para uma avaliação das suas condições de vida, as razões que explicam a desigualdade e seu crescimento ou sua estabilidade, tanto no Brasil quanto na RM do Rio de Janeiro, parecem estar relacionadas muito mais a processos históricos que definem as condições de distribuição de poder que se mantêm ao longo do tempo, engendrando mecanismos que possibilitam que em épocas de crise econômica os efeitos desta sejam minimizados para alguns segmentos da sociedade em detrimento de outros. A distribuição desigual da riqueza entre famílias seria assim um reflexo desse processo mais amplo, embora possa ser reforçada por características que essas mesmas famílias apresentem ao longo dos seus ciclos de vida.

Essa conclusão nos leva a uma outra, ou seja, que o estudo da desigualdade de renda entre famílias e até mesmo de suas condições de vida não deve se circunscrever apenas à análise das relações entre suas características demográficas e socioeconômicas e seus níveis de renda, sob pena de ficar limitado a uma visão parcial da questão. Para chegar às razões mais profundas da desigualdade e à definição de políticas voltadas para sua redução é fundamental inserir essas famílias em um contexto mais amplo, onde seja possível ver o lugar que ocupam na estrutura econômica e social, e que relações existem entre essas posições e os processos de criação e distribuição da riqueza na sociedade.

Bibliografia

BARROS, Ricardo P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2000), “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”, in HENRIQUES, R. (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA.

CACCIAMALLI, Cristina (1992), “Mudanças estruturais e na regulamentação do mercado de trabalho no Brasil nos anos 80”. *Texto para Discussão Interna*, São Paulo, FEA/USP. n°. 6.

FIGUEIREDO, José B. de., SILVA, Nelson do Valle. (1990), “População, família e renda no Rio de Janeiro (1970/1985)”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro. vol. 44, n°. 1 / p. 85-106, janeiro/março

NERI, Marcelo. (1995), “Sobre a mensuração dos salários reais em alta inflação”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 25, n°. 3 / p. 497-525, dezembro.

PASTORE, José., ZYLBERSTAJN, Helio., PAGOTTO, C.S. (1983), *Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?)*. São Paulo, Pioneira; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

RIBEIRO, L. Cesar. de Q., LAGO, Luciana C. (2000), “O Espaço Social das Metrôpoles Brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”. *R.B. Estudos Urbanos e Regionais*, n°.3/ p.111-128, novembro

ROCHA, Sonia. (1994), “Governabilidade e Pobreza: o desafio dos números”, in Lícia Valladares & Magda Prates Coelho (org.), *Governabilidade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

ANEXO 1 - CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

Elite Dirigente

- 1) Empresários
- 2) Dirigentes do Setor Público
- 3) Dirigentes do Setor Privado
- 4) Profissionais Liberais

Profissionais de Nível Superior

- 1) Profissionais Autônomos de Nível Superior
- 2) Empregados de Nível Superior

Pequena Burguesia

- 1) Pequenos Comerciantes
- 2) Pequenos Empregadores Urbanos
- 3) Comerciantes por Conta Própria

Trabalhadores Não-Manuais de Nível Médio

- 1) Trabalhadores Não-Manuais em Atividades de Rotina
- 2) Trabalhadores Não-Manuais em Atividade de Supervisão
- 3) Trabalhadores Não-Manuais em Atividades Técnicas e Artísticas
- 4) Trabalhadores Não-Manuais nas Áreas de Saúde e Educação
- 5) Trabalhadores Não-Manuais nas Áreas de Segurança Pública, Justiça e Correios

Trabalhadores Manuais do Comércio e dos Serviços

- 1) Trabalhadores Manuais do Comércio
- 2) Trabalhadores Manuais dos Serviços Especializados
- 3) Trabalhadores Manuais dos Serviços Auxiliares

Trabalhadores Manuais da Indústria

- 1) Trabalhadores Manuais da Indústria Moderna
- 2) Trabalhadores Manuais da Indústria Tradicional
- 3) Trabalhadores Manuais da Construção Civil

Trabalhadores da Sobrevivência

- 1) Empregados Domésticos
- 2) Ambulantes
- 3) Biscateiros

Trabalhadores Agrícolas

ANEXO 2 – TABELAS, GRAFICOS E QUADROS

TABELA1

RENDIMENTOS MÉDIOS (1) DE TODAS AS OCUPAÇÕES DOS CHEFES E CÔNJUGES POR CATEGORIAS SÓCIO-OCUPA

Categoria sócio- ocupacional	Chefes			Cônjuges		
	1980	1991	91/80	1980	1991	91/80
Elite Dirigente	37,3	39,1	4,8	23,8	29,7	24,9
Profissionais Nível Superior	16,9	11,7	-30,6	8,1	6,9	-14,7
Pequena Burguesia	7,5	5,6	-26,2	5,2	4,4	-15,9
Trabalhadores Não Manuais de Nível	6,4	4,4	-31,6	3,9	3,0	-25,2
Trab.Manuais do Comércio e dos Ser	3,1	2,3	-26,6	1,7	1,4	-16,9
Trabalhadores Manuais da Indústria	2,8	1,9	-31,9	1,7	1,4	-20,0
Trab.Manuais da Sobrevivência	1,9	1,3	-32,0	1,1	0,9	-13,4
Total	5,6	4,0	-28,8	3,0	2,5	-15,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 - Arquivo especial de famílias

(1) Rendimentos em salários mínimos de agosto de 1991, deflacionados pelo INPC - IBGE

TABELA 2 - RENDIMENTO MÉDIO DE TODAS AS OCUPAÇÕES (1)
E PROPORÇÃO DA RENDA TOTAL APROPRIADA POR PERCENTIL DA RENDA DAS PESSOAS OCUPADAS

Percentil da renda das pessoas ocupadas	1980		1991		Variação 91/80	
	rendimento médio (em sal. min)	% da renda total apropriada	rendimento médio (em sal. min)	% da renda total apropriada	rendimento médio (em sal. min)	% da renda total apropriada
10-	0,6	1,5	0,4	1,3	-33,3	-13,3
20-	1,0	2,6	0,6	1,9	-40,0	-26,9
30-	1,1	3,0	0,8	2,7	-27,3	-10,0
40-	1,4	3,8	1,0	3,3	-28,6	-13,2
50-	1,8	4,8	1,3	4,3	-27,8	-10,4
50+	2,2	5,9	1,7	5,6	-22,7	-5,1
40+	2,9	7,6	2,2	7,3	-24,1	-3,9
30+	3,9	10,3	3,1	10,1	-20,5	-1,9
20+	5,9	15,7	4,9	16,0	-16,9	1,9
10+	16,8	44,8	14,6	47,5	-13,1	6,0
Total	3,8	100,0	3,1	100,0	-18,4	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 - Tabulação especial

(1) Rendimentos em salários mínimos de agosto de 1991, deflacionados pelo INPC-IBGE

Exclusive pessoas sem rendimento

TABELA 3 -RENDA MÉDIA POR ESTRATOS DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA (1)

Percentil da renda familiar per capita	1980		1991		91/80	
	Renda fam. per capita (2)	% na renda total	Renda fam. per capita (2)	% na renda total	Renda fam. per capita (2)	% na renda total
10-	0,3	1,1	0,2	0,9	-37	-19,1
20-	0,5	2	0,3	1,7	-33,3	-13,6
30-	0,6	2,4	0,4	2,4	-29,7	-0,6
40-	0,8	3,7	0,6	3,2	-28,7	-14,8
50-	1	4,4	0,8	3,8	-26,8	-13,4
50+	1,3	5,6	1	5,2	-26,2	-6,4
40+	1,7	7,3	1,3	6,9	-25,1	-5,4
30+	2,4	10,5	1,9	9,9	-23,3	-6
20+	3,9	16,4	3	15,9	-22,5	-3,3
10+	11	46,6	9,4	50,1	-14,5	7,5
5+	6,6	13,9	5	13,8	-23,7	-0,9
1+	30,9	12,9	28,7	15,3	-7,2	19,1
Total	2,4	100	1,9	100	-21,9	

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 - Arquivo especial de famílias

(1) Exclusive famílias sem renda

(2) Rendimentos em salários mínimos de agosto de 1991, deflacionados pelo INPC - IBGE

QUADRO1
SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS REGRESSÕES

Variáveis no modelo	TODAS AS FAMÍLIAS			
	1980		1991	
	Beta	B*	Beta	B*
Constante		9,575		9,058
Anos estudo do chefe	0,539	12,5	0,543	12,8
Idade do chefe	0,379	2,7	0,298	2,2
Idade ao quadrado do chefe	-0,226	-0,02	-0,102	-0,008
Pessoas de 0 a 14 anos	-0,359	-27,3	-0,314	-31,1
Cor do chefe (negro)	-0,115	-24,5	-0,106	-23,7
Outros adultos trabalhando	0,107	13,5	0,116	16,5
Chefe trabalhando	0,102	24,9	0,115	28,9
Chefe mulher	-0,012	-3,1	-0,023	-6
Cônjuge trabalhando	-	-	-	-
Filhos e parentes de 18 anos e mais trabalhando	-	-	-	-
R quadrado		56		50

Fonte : IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 - Arquivo especial de famílias

* Resultados em percentual

QUADRO 2
RESULTADOS DA REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA TODAS AS FAMÍLIAS

Variáveis no modelo	Médias			Coeficientes			Diferenças nas médias (M)	Diferenças nos coeficientes (C)	Interação (I)
	\bar{X}_{80}	\bar{X}_{91}	$\bar{X}_{91} - \bar{X}_{80}$	B 80	B 91	(B 91-B 80)	$B_{80}(\bar{X}_{91} - \bar{X}_{80})$	$\bar{X}_{80}(B_{91}-B_{80})$	$(B_{91} - B_{80})(\bar{X}_{91} - \bar{X}_{80})$
Constante				9,575	9,058	-0,517		-0,517	0,000
Anos de estudo do chefe	5,89	6,94	1,05	0,125	0,128	0,003	0,131	0,018	0,003
Idade do chefe	43,91	45,27	1,36	0,027	0,022	-0,005	0,037	-0,224	-0,007
Idade ao quadrado do chefe	2138,62	2277,25	138,63	-0,0002	-0,0001	0,0001	-0,023	0,194	0,013
Chefe negro	0,38	0,45	0,07	-0,245	-0,237	0,008	-0,017	0,003	0,001
Chefe mulher	0,20	0,25	0,05	-0,031	-0,060	-0,029	-0,002	-0,006	-0,001
Chefe trabalhando	0,77	0,73	-0,04	0,249	0,289	0,040	-0,010	0,031	-0,002
Outros adultos trabalhando	0,55	0,56	0,01	0,135	0,165	0,030	0,001	0,017	0,000
Pessoas de 0 a 14 anos	1,11	0,95	-0,16	-0,273	-0,311	-0,038	0,044	-0,042	0,006
							0,161	-0,528	0,013
Log da renda 80	11,000								
Log da renda 91	10,654								
Diferença log da renda	-0,346								
T= M + C + I	-0,354								

Fonte : IBGE - Censos Demográficos de 1980 e 1991 - Arquivo especial de famílias

Renda Média Familiar *per capita* segundo a Categoria Sócio-ocupacional do Chefe

